



Para Davi, trechos de nova lei eleitoral podem valer em 2020

Roque de Sá/Agência Senado



Na opinião de Davi Alcolumbre (C), trechos vetados têm relação com o funcionamento dos partidos, e não com os pleitos

Para presidente do Senado, vetos a regras que dizem respeito aos partidos, e não às eleições, não estão sujeitos à anualidade. Congresso se reúne para analisar os vetos na terça-feira

Os vetos presidenciais ao projeto que altera regras para partidos políticos e para eleições vão ser analisados pelo Congresso na terça-feira. A maior parte dos trechos vetados não tem relação com as disputas eleitorais, mas com o funcionamento dos partidos e não se enquadrariam, portanto, na regra da anualidade, segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A regra da anualidade exige que as normas eleitorais já estejam valendo pelo menos um ano antes do pleito.

Os dispositivos vetados nas regras eleitorais constituem o primeiro item na pauta da sessão conjunta. Entre eles, estão uma alteração na composição do Fundo Eleitoral (para o financiamento de campanhas) e uma mudança no prazo-limite para requerer a inelegibilidade de candidatos. Foram vetados ainda dispositivos sobre anistia a multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, sobre compra de passagens aéreas e sobre o retorno da propaganda partidária gratuita semestral no rádio e na TV. **3**

Senador anuncia apresentação de emendas sobre Previdência

O senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos, anunciou que vai apresentar 20 emendas supressivas à reforma da Previdência, sobre temas como aposentadoria após atividade de risco, forma

de cálculo de benefícios e carência mínima. O Plenário aprovou o texto em primeiro turno na quarta-feira. Para Paim, a votação de destaques na ocasião demonstrou que alguns artigos podem ser derubados no segundo turno. **3**

Para Paim, trabalhador mais prejudicado com a PEC será o que hoje se aposenta após 25 anos em atividade de risco



Jefferson Ruy/Agência Senado

Vai à sanção política nacional para diabetes **2**

Vetada verba para pesquisa de doenças raras **2**

Institutos mostram dados sobre o clima **4**

Plenário analisa quatro medidas provisórias na terça-feira

A partir de terça-feira, serão incluídos na pauta do Plenário três projetos de lei de conversão e uma medida provisória. O primeiro agiliza o repasse de recursos da venda de bens de traficantes, o segundo extingue o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e o terceiro garante que 819 servidores requisitados pela União retornem à Defensoria Pública da União (DPU). Os senadores também analisam MP sobre contratos da Aeronáutica. **2**

Debate: negócios de impacto social devem ser regulamentados

Em audiência ontem na Comissão de Fiscalização e Controle, debatedores defenderam inovações legislativas e incentivos aos negócios de impacto social, caracterizados por buscar, além do retorno financeiro, resultados relevantes nas áreas social e ambiental. Projeto de Tasso Jereissati cria o Contrato de Impacto Social, acordo em que uma entidade pública ou privada compromete-se a atingir metas de interesse social. **4**

Audiência relaciona desmate a conflito de terra

Embora as comunidades da Amazônia tenham garantidos por lei seus direitos, a invisibilidade e a vulnerabilidade social muitas vezes impedem o usufruto dessas garantias,

disseram participantes de audiência na Comissão de Meio Ambiente. Segundo eles, na Amazônia, grande parte das florestas públicas são áreas comunitárias, de povos indí-

genas, de assentados, de manejo, de extrativismo e outros e estão muito suscetíveis aos conflitos de terra que, muitas vezes, não encontram solução nos órgãos da Justiça. **4**



Entre Adriano Juras e Luciene Pohl, senador Fabiano Contarato comanda debate na Comissão de Meio Ambiente

Genaldino Magalhães/Agência Senado

Quatro MPs entram na pauta do Plenário na terça

Medidas tratam do repasse a municípios de recursos provenientes do tráfico de drogas, do fim do prazo para inscrição em cadastro rural, de servidores da Defensoria e de contratos da Aeronáutica

FORAM LIDOS EM Plenário ontem três projetos de lei de conversão e uma medida provisória. As propostas serão incluídas na pauta da sessão deliberativa de terça-feira.

O PLV 20/2019, resultante da MP 885/2019, agiliza o repasse, a estados e ao Distrito Federal, de recursos decorrentes da venda de bens apreendidos relacionados ao tráfico de drogas, mudando também procedimentos para essa alienação. Segundo o texto, o repasse aos outros entes federados não dependerá mais de convênio e poderá ser de forma direta, com transferência voluntária, desde que as polícias tenham estrutura para gerir os ativos e não deixem de enviar os dados estatísticos de repressão ao tráfico para o sistema de informações do Executivo.

Já o PLV 22/2019, decorrente da MP 884/2019, acaba com o prazo final para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR foi criado pelo Código Florestal de 2012 (Lei 12.651/2012) para recolher informações detalhadas sobre o uso que se faz das terras no Brasil e amparar o Programa de Regularização Ambiental



Sec. Agricultura e Abastecimento de SP

Um dos textos acaba com prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural

(PRA), a ser gerenciado pelos estados, com o objetivo de recuperar o meio ambiente em áreas de proteção permanente (APPs) e nas reservas legais.

Como o texto especifica que o prazo para adesão ao cadastro é indeterminado, o prazo para valer a restrição de concessão de crédito também passa a ser indeterminado.

Servidores

O PLV 23/2019, conversão da MP 888/2019, garante a permanência, na Defensoria Pública da União (DPU), de 819 servidores requisitados do Poder Executivo. O texto aprovado na Câmara é do senador Lasier Martins (Podemos-RS).

A medida garante o funcio-

namento de 43 unidades municipais da DPU que corriam o risco de fechamento caso os servidores (cerca de dois terços da força de trabalho administrativa da instituição) tivessem que voltar aos órgãos de origem a partir de 27 de julho.

Por fim, os senadores analisam a MP 887/2019, que autoriza o Comando da Aeronáutica a prorrogar, até 30 de junho de 2021, 30 contratos por tempo determinado do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) firmados a partir de junho de 2015. O IFI, localizado em São José dos Campos (SP), certifica o projeto KC-390, um cargueiro de uso militar que está sendo desenvolvido pela Embraer.

Política para diabetes na saúde pública vai à sanção

Segue para análise presidencial o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 133/2017, que cria a Política Nacional de Prevenção do Diabetes no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto prevê a realização de campanhas de conscientização sobre a importância de medir regularmente e controlar os níveis glicêmicos.

A proposta, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) foi aprovada com emenda no Senado. Por isso, o texto retornou à análise da Câmara, onde foi aprovado na terça-feira.

O relator do PLC 133/2017,

Jorge Kajuru (Cidadania-GO), ressaltou a gravidade da doença. O senador lembrou que 48% das mortes no Brasil são causadas pelo diabetes — a



Roque de Sá/Agência Senado

Segundo Kajuru, iniciativa permite acesso a remédios e atendimento

terceira doença que mais mata no país, atrás apenas do acidente vascular cerebral (AVC) e da hipertensão.

— O Brasil possui 23 milhões de diabéticos. É uma doença cara, e as pessoas sem condições financeiras não conseguem adquirir os principais remédios que são o Glifage e o Amaryl. Por consequência, elas podem ter que ser submetidas urgentemente a uma cirurgia — em que hoje o Brasil é pioneiro — que se chama metabólica. Agora, via SUS, as pessoas terão um atendimento que antes não tinha para os diabéticos.

Governo veta proposta de recurso para pesquisa de doenças raras

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto que reservava pelo menos 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa da Saúde para o desenvolvimento de medicamentos, vacinas e terapias para doenças raras ou negligenciadas pela indústria farmacêutica. A proposta é do ex-senador Eduardo Suplicy. O veto foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União* de quarta-feira. Deputados e senadores podem manter ou derrubar o veto em sessão

conjunta do Congresso.

Aprovado pelo Senado em 2013, o PLS 231/2012 foi referendado pelos deputados em setembro deste ano.

O governo argumenta nas razões do veto que, apesar de meritória, a proposta pode “comprometer a exequibilidade do referido fundo e o financiamento/pagamento de projetos e pesquisas em andamento, além de não contribuir, da forma como proposto, para o aumento do interesse do setor privado no tema”.

Izalci pede paciência para decisões na área da ciência e tecnologia

Izalci Lucas (PSDB-DF) se manifestou ontem contra mudanças no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Segundo o senador, existe a possibilidade de fundir o CNPq com a Capes e o BNDES com a Finep. Na visão de Izalci, são instituições com missões diferentes e tal medida comprometeria a eficiência e a qualidade dos serviços.

— Eu fiz um apelo ao ministro da Ciência e Tecnologia no sentido de que o governo não deveria encaminhar nenhuma ação sem um debate mais profundo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa denuncia desmonte do Bolsa Família

Humberto Costa (PT-PE) denunciou, em Plenário, que o Programa Bolsa Família está sendo desmontado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro e disse que articula a convocação do ministro da Cidadania, Osmar Terra, para dar explicações ao Senado sobre o assunto.

— Essa é uma política criminosa de Estado, de estrangulamento dos mais pobres em várias frentes: na retirada de direitos trabalhistas, na reforma da Previdência, na destruição em larga escala de diversos programas sociais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Segue-me Brasília

14h Comemoração dos 40 anos do Segue-me Brasília (Encontro de Jovens com Cristo).

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Regras partidárias podem valer em 2020, afirma Davi

Segundo entendimento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, alguns dos trechos vetados da nova Lei Eleitoral dizem respeito aos partidos, e não às eleições, e, por isso, não estão sujeitos à anualidade

O CONGRESSO VAI analisar na terça-feira os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que altera regras para partidos políticos e para eleições. A maior parte desses dispositivos não tem relação com as disputas eleitorais, mas com o funcionamento dos partidos e não se enquadrariam, portanto, na regra da anualidade. Esse é o entendimento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, baseado em estudo da Secretaria do Congresso Nacional. A regra da anualidade exige que as normas eleitorais já estejam valendo pelo menos um ano antes do pleito.

O Veto 35/2019, que reúne os dispositivos vetados no projeto de lei sobre regras eleitorais (PL 5.029/2019), é o primeiro item na pauta da sessão conjunta. O projeto foi convertido na Lei 13.877, de 2019. Se os vetos forem rejeitados, os trechos voltarão a constar no projeto e são inseridos na lei.

Entre os dispositivos vetados, está uma alteração na composição do Fundo Eleitoral, usado para o financiamento de campanhas.

O projeto previa que o valor do fundo deveria ser definido pelo projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) e formado a partir de percentual do total de emendas de bancada cuja execução é obrigatória. Hoje 30% do fundo é composto por recursos dessas emendas.

Para o presidente do Senado, se esse e outros trechos forem restabelecidos pela derrubada do veto, as mudanças poderão valer a partir de quando forem promulgadas, pois não se en-



Roque de Sá/Agência Senado — 7/10/2019

Interpretação de Davi se baseia em estudo da Secretaria do Congresso

quadrariam na anualidade. Pela mesma interpretação, porém, a parte vetada do projeto que trata de inelegibilidade de candidatos precisaria estar em vigor um ano antes das eleições de 2020, em 4 de outubro.

O governo alegou que vetou o trecho da mudança na composição do Fundo Eleitoral por representar aumento de despesa pública: “A propositura legislativa, ao retirar o limite de 30% atualmente vigente, acaba por aumentar despesa pública, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, justifica o presidente nas razões do veto.

Com o veto, ficaram de fora trechos do projeto aprovado que alteram o prazo limite para requerer a inelegibilidade de candidatos. O texto vetado proibia que a inelegibilidade pleiteada durante o processo de registro fosse usada em recurso contra a diplomação.

Também foi vetada a permissão para as legendas usarem o

dinheiro do Fundo Partidário para pagar juros, multas e demais sanções relacionadas à legislação eleitoral ou partidária. O Executivo argumenta que o dispositivo “ofende o interesse público” por utilizar o fundo, com recursos públicos, para a defesa de interesses privados dos partidos políticos.

Foram vetados ainda dispositivos que anistiavam multas aplicadas pela Justiça Eleitoral e um trecho que possibilitava que passagens aéreas fossem emitidas para participação em congressos, reuniões e outros eventos partidários, independentemente de o beneficiado estar filiado ao partido.

Outro ponto vetado trata do retorno da propaganda partidária gratuita semestral no rádio e na TV. Essa propaganda foi extinta em 2017, para que os recursos públicos utilizados para compensar as emissoras fossem para o Fundo Eleitoral.

Constam da pauta ainda o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 e projetos de abertura de crédito no Orçamento de 2019.

Paim apresentará emendas à reforma da Previdência

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), anunciou ontem que irá apresentar 20 emendas supressivas à reforma da Previdência (PEC 6/2019). O texto foi aprovado pelo Plenário na quarta-feira. Para Paim, a votação de destaques em primeiro turno demonstrou que alguns artigos ainda podem ser derrubados no segundo turno.

— Ontem [quarta-feira] foi por detalhes que nós não conseguimos outras vitórias, além da preservação do abono salarial.

Para Paim, os trabalhadores mais prejudicados com o texto atual da PEC são os que hoje se aposentam após 25 anos em atividades de risco.

— Tivemos esse problema em relação aos que trabalham em linhas de alto risco, a chamada periculosidade. A emenda que chegou era muito ampla, e essa amplitude confundiu. Já ajustei esse ponto e a nova emenda assegurará que 4 milhões de vigilantes, além dos guardas de trânsito e municipais, eletricitários e quem trabalha com raio X, produtos explosivos ou tóxicos, manterão o direito

de se aposentarem com 25 anos de contribuição.

Paim também considera um erro não converter os anos trabalhados em atividades de risco. Pela legislação atual, os profissionais nessas condições têm direito a um adicional de 40% na contagem do tempo de contribuição. Por exemplo: quem tem 10 anos em atividade de risco, ao mudar de ramo, tem direito ao registro de 14 anos de contribuição.

Cálculo

O presidente da CDH também faz um apelo para que derrubem a forma de cálculo dos benefícios.

— É justo que alguém, a partir de novembro, perceba que sua renda cairá até 40% a partir da aposentadoria? Não colocaram regra de transição para isso. A regra atual que restringe o cálculo a 80% das maiores contribuições protege o trabalhador. Agora, passam para média da vida toda, e isso vai achatar o valor dos benefícios — disse.

Outra emenda supressiva tentará derrubar a carência mínima de 20 anos para ter acesso aos benefícios. A regra atual prevê carência mínima de 15 anos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A mudança da forma de calcular benefício é um dos pedidos de Paim

Supremo continua legislando, diz Marcos Rogério

Marcos Rogério (DEM-RO) lembrou ontem o aniversário da Constituição e ressaltou que a separação de Poderes vem sendo ignorada pelo Supremo Tribunal Federal. O senador destacou a votação que decidiu que réus delatados devem falar antes dos delatores na fase final do processo.

— Não sabemos o impacto que essa decisão produzirá no âmbito de muitas operações realizadas ao longo dos últimos anos. O tema é controverso, mas uma coisa é certa: o Supremo está legislando mais uma vez.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Girão defende investigação do Poder Judiciário

Eduardo Girão (Podemos-CE) lamentou ontem a omissão do Senado na apuração de irregularidades envolvendo integrantes do Judiciário. Ele apontou como exemplo a recusa de criar a CPI dos Tribunais Superiores e de aceitar a abertura de processo de impeachment de alguns ministros do Supremo.

Girão destacou a importância do STF para a democracia, papel que pode ficar comprometido com a permanência de alguns ministros contra os quais pairam dúvidas quanto à correção no trabalho.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro Dias apoia CPI dos Tribunais Superiores

Alvaro Dias (Podemos-PR) defendeu ontem a instalação da CPI dos Tribunais Superiores. Para o senador, é fundamental que se formule um diagnóstico para que, futuramente, discutam-se novos métodos de escolha e duração de mandato dos magistrados.

— Quando senadores postulam uma CPI da Lava Toga, não o fazem por prazer; mas na pretensão de atender a sociedade, já que ela não se conforma mais com idas e vindas, a partir de uma instituição tão essencial como o Supremo Tribunal Federal — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rodrigues pede estreitamento de relação com a China

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu ontem que o Brasil deve estreitar as relações comerciais com a China. Recentemente, o senador liderou a delegação de representantes do Senado e da Câmara naquele país.

— Todos sabemos que a China hoje é o maior parceiro comercial do Brasil. Nossas exportações para a China representam mais de um quarto de todas as exportações brasileiras. Nesse encontro, pudemos reforçar o desejo de estreitar as relações comerciais bilaterais e intensificar os investimentos chineses no Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Styvenson apoia veto a shows em cidade em dívida

Styvenson Valentim (Podemos-RN) defendeu o projeto de lei que altera a Lei de Licitações para vedar a contratação de espetáculos artísticos em cidades com finanças comprometidas, com atraso a pagamento de servidores e fornecedores.

— É bem recorrente uma prefeitura estar para lá de comprometida, devendo tudo, sem pagar servidor, sem pagar fornecedor, sem pagar nada e contratar banda de forró, banda de show para dar espetáculo. Comemorando o quê? A desgraça alheia, só pode ser. E por valores exorbitantes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Negócios de impacto social devem ter lei, propõe debate

Em audiência ontem na Comissão de Fiscalização e Controle, convidados defenderam inovações legislativas e estímulos, como ambiente facilitado, para esse novo modelo de empreendimento

INVESTIMENTOS QUE BUSCAM mais do que apenas retorno financeiro, com resultados relevantes também nas áreas social ou ambiental, precisam ser estimulados, fortalecidos e ter o ambiente de negócios facilitado, principalmente por inovações legislativas. Esse foi o consenso no debate sobre negócios de impacto social, em audiência ontem da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC).

Criados no Reino Unido no início dos anos 2000, os negócios de impacto social (NIS) chegaram ao Brasil em 2014, mas precisam de estímulos adequados para crescer. Os NIS são encampados por pessoas como Matheus Cardoso, nascido na periferia de São Paulo, que conseguiu se formar em engenharia civil e criou uma empresa chamada Moradigna, para reformar barracos de favelas.

O modelo de negócio do empreendedor buscou parcerias com bancos e lojas de materiais de construção, o que viabilizou contratos com juros mais baixos e condições facilitadas, para que os moradores de baixa renda conseguissem reformar suas casas, sem que ele deixasse de ter lucro. Já foram mais de 500 barracos melhorados em três anos, sem apoio do Estado: uma empresa privada ajudando a resolver um problema social.

— A moçada está interessada em ganhar dinheiro, em empreender, mas quer deixar a sua marca no planeta — resumiu



Rodrigo Cunha (D) prometeu dar visibilidade a esse tipo de negócio

o representante do Ministério da Economia, Lucas Maciel.

Ele é o coordenador da Estratégia Nacional de Investimentos de Impacto (Enimpecto), uma articulação de órgãos e entidades do governo, do setor privado e da sociedade civil, com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

Medidas

Para a melhoria desse ambiente, os debatedores defenderam uma série de medidas, que vão desde a promoção de eventos para levar o assunto à população, passando por estudos e aferições de resultados dos projetos — o que estimularia o financiamento —, até mudanças na legislação das sociedades empresariais, que reconheçam a existência desse tipo de empresa e suas peculiaridades. Concessão de facilidades tributárias também foram mencionadas, assim como foram sugeridas inovações que permitam a criação de fundos públicos para

investimentos nos NIS.

Integrante do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), Fábio Deboni frisou o relevante papel do Legislativo no caminho para fortalecer as NIS e pediu a aprovação do PLS 338/2018, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que cria o Contrato de Impacto Social (CIS), acordo em que uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, compromete-se a atingir metas de interesse social, mediante o pagamento de contraprestação do poder público.

— O PLS 338/2018 tem um papel chave, regulamentando essa agenda nova e abrindo terreno para crescer esse tipo de modalidade de pagamento por resultado — defendeu.

Entusiasta do assunto, o presidente da CTFC, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), prometeu dar visibilidade e alcance ao tipo de negócio.

— É um assunto inovador, necessário ser debatido, para dar publicidade a um tema que pode ajudar a transformar nossa realidade — afirmou.

Desmatamento e conflitos de terra preocupam debatedores

“A incorporação dos biomas do Cerrado e da Amazônia nos mercados de commodities agrícolas impulsionou um amplo movimento de ocupação e exploração de novas áreas. Por causa disso, o desmatamento e a exploração do uso da terra em escala continental levaram à ocupação desordenada e, muitas vezes, irregular, tornando a governança da terra na Amazônia, principalmente, ainda mais complexa”. A conclusão é da representante do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) Luciene Pohl. Ela foi uma das participantes da terceira audiência da Comissão de Meio Ambiente (CMA) que buscou tratar de áreas protegidas com ênfase nas unidades de conservação.

Luciene mostrou que, do total das áreas de florestas públicas, as terras indígenas somam 38%, enquanto as glebas arrendadas pela União ou estados e ainda não destinadas (esperam por alguma definição por parte do órgão fundiário) são 21%. Unidades de conservação federais são 20% da área das florestas públicas e as estaduais já destinadas correspondem a 15%. Assentamentos públicos federais ocupam 5% e áreas militares, 1%.

— Cerca de 63% das florestas públicas são, portanto, comunitárias, de manejo de povos indígenas, assentados e outros — explicou.

Ela afirmou que essas áreas estão muito suscetíveis aos conflitos de terra, os quais, muitas vezes, não encontram solução nos órgãos judi-

ciários, gerando violência e violação de direitos humanos. Ou seja, embora as comunidades da Amazônia tenham garantidos por lei seus direitos, a invisibilidade e a vulnerabilidade social muitas vezes impedem o usufruto dessas garantias.

Controle

O auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) Adriano Juras disse que a fiscalização e auditoria do TCU mostram que o índice de implementação e gestão das áreas protegidas (Indimapa) — usado para avaliar, comunicar e monitorar o trabalho nessas áreas — é considerado baixo em 30% (ou 137 áreas de proteção), médio em 59% (ou 267 AP) e alto em 11% delas (ou 49 AP).

O senador Jayme Campos (DEM-MT) questionou se as queimadas da Amazônia recentemente divulgadas pela imprensa internacional são resultantes da falta de presença do Estado. Juras esclareceu que, quanto mais envolvidos estiverem poder público, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e a comunidade, mais chance de a gestão ambiental ser bem-sucedida.

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), disse que o ciclo de debates pode ter inspirado o senador Confúcio Moura (MDB-RO) a apresentar o PL 5.174/2019, que altera o sistema nacional de unidades de conservação para exigir a realização de estudos prévios e consulta pública para alterar limites e categorias de áreas protegidas.

Lucas Barreto defende exploração de potenciais da Amazônia

Lucas Barreto (PSD-AP) defendeu ontem em Plenário mais investimentos e exploração dos potenciais da Amazônia para o desenvolvimento da região. Ele repercutiu artigo escrito pelo professor Augusto Barreto Rocha, da Universidade Federal do Amazonas, que, após realizar pesquisa com outros estudiosos, certificou que o principal entrave para o crescimento do Brasil é a falta de infraestrutura. Lucas citou proposta dos professores sugerindo a criação de um marco para o desenvolvimento da Amazônia, tendo como base a produção científica em três vetores: infraestrutura, produção e ciência e tecnologia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington alerta para o problema estrutural das barragens no país

Wellington Fagundes (PL-MT) alertou em Plenário para o problema estrutural das barragens no país. O alerta se deve ao rompimento, na terça-feira, do empreendimento TB01, de lavra de ouro da VM Mineração e Construção, no município de Nossa Senhora do Livramento (MT), deixando dois funcionários feridos pelos rejeitos da mineração.

O senador informou que solicitou ao superintendente regional da Agência Nacional de Mineração (ANM) que analise criteriosamente as questões das barragens do estado para evitar novos acidentes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Institutos expõem dados sobre mudança climática

Os diretores do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) defenderam a atuação de seus institutos, mas foram cautelosos quanto ao estabelecimento, fora de padrões científicos, de relações de causa e efeito em torno de fenômenos do clima. Eles participaram ontem de audiência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O diretor do Inmet, Carlos Edison Carvalho Gomes, mostrou estatísticas sobre a tendência “significativa” de aumento da temperatura em todo o país desde o início da série de verificações, em 1951, sendo mais acentuada nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Nesses 58 anos, porém, chamou atenção a redução na quantidade de chuvas no

Nordeste. A variação climática está em linha com os levantamentos em nível global apurados pela Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) nos EUA.

— A variação na América do Sul está dentro de nosso contexto: nossos dados estão coerentes com os que a NOAA apresentou — disse.

O diretor do Inpe, Darcton Policarpo Damião, explicou os critérios do instituto para aferição de mudanças climáticas ao longo do tempo.

— Fazemos análises específicas do impacto que essas mudanças climáticas podem ter em nossa sociedade e como nos prepararmos para esse tipo de mudança.

Damião explicou que o Inpe faz o levantamento de queimadas sem entrar no mérito se são legais ou

ilegais, e acrescentou que a coleta de dados de satélite mais acurados, desde 2002, tem registrado tendência de queda nas queimadas.

Questionado pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA) sobre a correlação entre precipitação e temperatura, o diretor do Inpe deu o exemplo do vínculo entre o fenômeno El Niño, gerado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico, e o aumento das chuvas na Amazônia acompanhado de estiagem na Região Sul. Segundo Damião, depois de muitos anos de estudos a ciência não consegue explicar como essas ocorrências estão relacionadas.

— Antes de buscar causalidade, buscamos correlação: nem sempre o que é correlacionado pode ser considerado causa ou efeito.